*DA MAGISTRATURA	-DOS DESEMBARGADORES
	-DOS SERVIÇOS AUXILIARES
	-DOS ÓRGAOS DE APOIO ADMINISTRATIVO
	-DOS SERVIDORES DA JUSTIÇA

DOCENTE

SÍNTESE DO CURRÍCULO

MARGARIDA MARIA DO CASAL MELO

Especialista em Direito Processual Civil pela Universidade Federal de Alagoas- UFAL, Pós graduada pela Escola da Magistratura Estadual - ESMAL, Pós Graduada pela Escola da Magistratura Trabalhista - EMATRA, Pós Graduada em Metodologia de Ensino pelo CESMAC, Graduada em Direito pela Universidade Federal de Alagoas- UFAL

5.SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO CURSISTA

O processo de avaliação do cursista será baseado nos seguintes critérios:

Assiduidade e pontualidade: exigindo-se frequência de 75%, salvo apresentação de justificativa, que passará por avaliação do Conselho Técnico Pedagógico – CTP/ESMAL;

Prova Objetiva (Estudo de Casos), sendo necessário a obtenção de conceito "satisfatório" para recebimento de certificado;

5.3. Caberá ao docente do curso a atribuição do conceito para fins de aproveitamento.

6. DA DISPENSA DE ATIVIDADES

Os servidores que participarem do Curso estarão dispensados de suas atividades regulares, nos dias do evento.

CONHECIMENTO/HABILIDADE A SER ADQUIRIDO(A) AO FINAL DO CURSO

Os participantes, ao final do curso, obterão conhecimentos gerais e específicos sobre a estrutura e organização do judiciário alagoano, agregando-lhes experiência a ser utilizada nas atividades desempenhadas em seus cargos e funções ,bem como na preparação para concursos no Judiciário Alagoano, atualizando a matéria com as mudanças trazidas com o advento do novo CPC.

8. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 8.1. Será admitida a desistência da inscrição até 02 (dois) dias úteis antes da data do início do curso.
- **8.2.** Não poderá inscrever-se em curso de aperfeiçoamento, no mesmo semestre, o servidor que deixar de comparecer ao curso para o qual se encontrava inscrito, sem justa causa, ou não obtiver a frequência que trata o item **5.1.**do presente Edital, assim como deixar de entregar trabalho avaliativo referente ao respectivo curso, salvo na hipótese de disponibilidade de vagas.
 - 8.3. Serão conferidos certificados aos servidores que tenham atendido as exigências dos itens 5.1. 5.2 e 5.3., do presente Edital.
 - 8.4. Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Técnico Pedagógico CTP, de acordo com as normas pertinentes.
 - 8.5. Por questões de ordem técnica, poderá haver substituição de professor, conteúdo, data e horário do curso. Maceió, 29 de Abril de 2024

Desembargadora ELISABETH CARVALHO NASCIMENTO Diretora-Geral da ESMAL

EDITAL CCS Nº 124/2024

PROGRAMA DE APERFEIÇOAMENTO DE SERVIDORES

A Escola Superior da Magistratura do Estado de Alagoas – ESMAL torna pública a abertura de inscrições para o Curso com o tema: "FORMAÇÃO INICIAL PARA OFICIAIS DE JUSTIÇA".

PÚBLICO ALVO: OFICIAIS JUSTIÇAS RECÉM-NOMEADOS.

A Diretora-Geral da Escola Superior da Magistratura do Estado de Alagoas, denominada Desembargador

JOSÉ FERNANDO LIMA SOÚZA – ESMAL, Desembargadora **ELISABETH CARVALHO NASCIMENTO**, o Coordenador-Geral de Cursos da ESMAL, Juiz **ALBERTO JORGE CORREIA DEBARROS LIMA** e o Coordenador de Cursos para Servidores da ESMAL, Juiz **HELESTRON SILVA DA COSTA**, no uso das atribuições funcionais que lhes são conferidas pela legislação, e, em atendimento ao disposto no art. 6°, ITEM II, da Resolução N° 192 de 08/05/2014 do CNJ, TORNAM PÚBLICAS as inscrições para o curso com o tema: **"FORMAÇÃO INICIAL PARA OFICIAIS DE JUSTIÇA"**, para conhecimento dos servidores interessados, mediante as regras constantes deste Edital

- 1. DAS INFORMAÇÕES BÁSICAS SOBRE O CURSO:
- 1.1 Curso: FORMAÇÃO INICIAL PARA OFICIAIS DE JUSTIÇA;
- 1.2 Professor colaborador: ANDRÉ LUIS PARIZIO MAIA PAIVA Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas. Coordenador de Cursos para a Magistratura da ESMAL (biênios 2021/2022 e 2023-2024). Mestre em Direito Processual Civil pela UFAL. Especialista em Direito Civil e Processual Civil. Foi Membro do Núcleo de Estudos em Analítica Processual e Processo Civil Aplicado (NEAPA UFAL) e do Grupo de Pesquisas Transformações nas Estruturas Fundamentais do Processo (UERJ), ambos componentes da ProcNet (Rede Internacional de Pesquisa Justiça Civil e Processo Contemporâneo). Professor de Direito Processual Civil do Curso de Pós-Graduação em Direito da Universidade Tiradentes UNIT/AL e da Escola Superior da Magistratura do Estado de Alagoas ESMAL. Formador em Cursos de Formação e Aperfeiçoamento da ESMAL (Magistrados e Servidores). Professor do Curso Preparatório ATC Jurídicos. Foi Juiz de Direito do TJ-CE, Analista Judiciário e Técnico Judiciário do TRT da 19ª Região, Assessor Judiciário do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas e Advogado. Ex-Membro da Comissão de Estudos Constitucionais da OAB-AL. Tutor de cursos relacionados com gestão processual, direito civil e processual civil, com vistas ao aperfeiçoamento da prestação jurisdicional. Integrante do Banco Nacional de Formadores da ENFAM (Curso de Formação de Formadores Nível I e Curso de Formação de Tutores no Contexto da Magistratura)



Professor colaborador: MAURO FAIÃO – . Especialista em direito processual pela ESMAL/UNIT (2019), graduado em Direito pela Faculdade de Alagoas – FAL (2008), técnico em informática pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de Alagoas – CEFET/AL (2001). Oficial de Justiça efetivo do Poder Judiciário de Alagoas desde 2003. Membro da Comissão Permanente de Controle de Bens do Patrimônio do Judiciário - COMPEC, presidente da comissão de oficiais de justiça avaliadores. Lotado na Central de Mandados da Capital, coordenador do Núcleo de Inteligência dos Oficiais de Justiça – NIOJ. Professor da Escola de Oficiais.

- 1.3. Modalidade: Presencial
- 1.4. Carga horária total: 50h/a.
- 1.5. Número de vagas: 30 vagas
- 1.6. Datas do Curso: 03, 04, 05, 06 e 07/06/2024;
- 1.7. Horário: das 8h às 12h e das 14h às 18h;
- 2. LOCAL DE REALIZAÇÃO:

Miniauditório I da ESMAL, localizado na Rua Cônego Machado, 1061 – Farol, Maceió – AL.

3. <u>DAS INSCRIÇÕES:</u> será encaminhada uma lista pelo DAGP, dos oficiais de Justiça que tomaram posse recentemente, onde a coordenação entrará em contato e confirmará sua inscrição para referido evento.

4. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

4.1. <u>Objetivo</u>: Os(As) participantes do Curso de Formação Inicial, Oficiais(alas) de Justiça nomeados(as) nos últimos meses para atuar no Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas, estarão aptos a atuar em sua atividade-fim e gerenciamento de suas funções administrativas. Ao término do curso os(as) novos(as) Oficiais(alas) de Justiça terão internalizado novos conhecimentos teóricos e práticos e desenvolvido competências fundamentais para o exercício de suas funções, com foco na realidade política, econômica e estrutural do Estado de Alagoas..

4.2. Conteúdo:

CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL PARA OFICIAIS DE JUSTIÇA

Módulo	Assuntos abordados	Carga horária
Modulo I - Estrutura, atribuições e visita aos setores	Estrutura das centrais de mandados; Setores especializados; Atribuições e responsabilidades administrativas; Prazos para cumprimento dos mandados; Noções sobre processo civil, penal e atuação no júri; Visitas: Fórum Capital, Central de Mandados, Núcleo de Conciliação e NIOJ.	10 hs
Módulo II - Atos de comunicação	Espécies de comunicações processuais; Uso da hora certa; Mandado de segurança; Comunicação remota e diligências híbridas; Representantes e procuradores; Tutela e curatela; Contravenção penal de recusa à identificação;	10hs
Módulo III - Atos de execução	Arrombamento e inviolabilidade de domicílio; Penhora, arresto, remoção e avaliação; Busca e apreensão de pessoas e coisas; Condução, prisão e internação; Medidas protetivas de urgência; Despejo e medidas possessórias; Crimes de desobediência, resistência e desacato;	10hs



Módulo IV – Prática de SAJ	Visão Fluxo Cadastro Elaboração Uso Digitalização; Emissão de relatórios	geral de de de de de	do	SAJ; trabalho; dados; certidões; autotexto;	10hs
Módulo V - Diligências supervisionadas e Relatório de atividades	Atos Atos de execução po Atos coercitivos; Elaboração das certic Relatório de atividado	dões e autos;		comunicação;	10hs

- **4.3.** <u>Metodologia de Ensino</u>: Aula expositiva dialogada, com abordagem prática sobre os temas abordados. Utilização de gráficos e tabelas para auxiliar na aprendizagem. Utilização de material de apoio e aplicação de metodologia de aprendizagem ativa.
 - 4.4. Bibliografia: Lei Estadual nº 6.564/2005. Código de Organização Judiciária do Estado de Alagoas e legislação correlata;
 - Lei Federal nº 13.105/2015. Código de Processo Civil.
 - Lei Federal nº 8.009/1990. Lei da impenhorabilidade do bem de família
 - Decreto Lei nº 3.689/1941. Código de Processo Penal.
 - Decreto Lei nº 2.848/1940. Código Penal.

Provimento nº 13/2023 da CGJ/AL. Código de Normas das Serventias Judiciais do Estado de Alagoas e demais Provimentos, Resoluções e Atos Normativos relevantes para Oficiais de Justiça do TJ/AL;

Manuais, painéis e sistemas da CGJ/AL.

DIAS, Alice de Souza Tinoco et all. Oficiais de justiça - Desafios e práticas na contemporaneidade. Ed. Casa do Direito.

CABRAL, Antônio do Passo; CRAMER, Ronaldo - Coord. Código de Processo Civil Comentado. Rio de Janeiro: Forense.

WAMBIER, Teresa Arruda Alvim; DIDIER, Fredir; TALAMINI, Eduardo; DANTAS, Bruno. Breves Comentários ao Código de Processo Civil. São Paulo: RT.

ASSIS, Araken de. Manual da Execução. São Paulo: Revista dos Tribunais.

RODRIGUES, Marcelo Abelha. Manual de Execução Civil. Rio de Janeiro: Forense.

MARCATO, Antônio Carlos. Procedimentos Especiais. 17ª Edição. São Paulo: Ed. Atlas.

NUCCI, Guilherme Souza. Código de Processo Penal Comentado. Rio de Janeiro: Forense.

5. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO CURSISTA:

- O processo de avaliação dos cursistas será baseado nos seguintes critérios:
- **1.1.** Assiduidade e pontualidade: exigindo-se frequência de 75%, salvo apresentação de justificativa, que passará por avaliação do Conselho Técnico Pedagógico CTP/ESMAL;
 - 1.2. Aferição do nível de aproveitamento de cada participante, mediante caso prático;
- 1.3. Caberá ao docente do curso a atribuição do conceito para fins de aproveitamento; 1.4. Só poderão participar os alunos que estejam inscritos no site de Eventos da ESMAL.

6. DA DISPENSA DE ATIVIDADES:

Os Servidores que participarem do Curso estarão dispensados de suas atividades regulares, no horário do evento, conforme Portaria Nº 1047 de 21/06/2013, publicada no DJE de 01/07/2013.

7. CONHECIMENTO/HABILIDADE A SER ADQUIRIDO (A) AO FINAL DO CURSO:

Os Oficais de Justiça estarão aptos a atuar em sua atividade-fim e gerenciamento de suas funções administrativas. Ao término do curso os(as) novos(as) Oficiais(alas) de Justiça terão internalizado novos conhecimentos teóricos e práticos e desenvolvido competências fundamentais para o exercício de suas funções, com foco na realidade política, econômica e estrutural do Estado de Alagoas..

8. DISPOSIÇÕES GERAIS

Por questões de ordem técnica, poderá haver substituição de professor, conteúdo, data e horário do curso.

Será admitida a desistência da inscrição até **02** (dois) dias úteis antes da data do início do Curso, conforme Portaria Nº 02 de 23/04/2018, publicada no DJE de 25/04/2018.

Não poderá inscrever-se em curso de aperfeiçoamento, nos três meses subsequentes a publicação da penalidade no DJE, o servidor que deixar de comparecer ao curso para o qual se encontrava inscrito, sem justa causa, ou não obtiver a frequência que trata o item **5.1.** do presente Edital, assim como deixar de entregar trabalho avaliativo referente ao respectivo curso, salvo na hipótese de disponibilidade de vagas, conforme Art. 5º da Portaria 02/2018.

Serão conferidos certificados aos servidores que tenham atendido as exigências dos itens 5.1. 5.2, 5.3 e 5.4 do presente Edital.

Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Técnico Pedagógico - CTP, de acordo com as normas pertinentes.

Maceió, de abril de 2024

Desembargadora ELISABETH CARVALHO NASCIMENTODiretora-Geral da ESMAL

Diretoria Adjunta de Gestão de Pessoas

A Presidência do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas, no uso de suas atribuições legais e regimentais, determinou a composição das seguintes publicações: